



DÓLAR FECHA EM FORTE QUEDA, A R\$ 5,24, APÓS TRUMP ADIAR ATAQUES AO IRÃ; BOLSA SOBE MAIS DE 3%

O dólar fechou em forte recuo de 1,31%, a R\$ 5,241, nesta segunda-feira (23), após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, adiar por cinco dias ataques contra usinas de energia do Irã e mencionar a possibilidade de negociações com o país.

A moeda norte-americana teve um pregão de forte desvalorização, em linha com o movimento do petróleo que recuou até 13%. Na mínima do pregão, o dólar chegou a R\$ 5,2416, em queda de 1,80%.

A Bolsa brasileira, por outro lado, avançou 3,24%, a 181.931 pontos, em meio a um maior apetite global por ativos de risco (na máxima,

o avanço foi de 3,83%). Nos Estados Unidos, Dow Jones, Nasdaq e S&P 500 subiram em bloco, com altas de até 1,47%. Investidores reagiram com entusiasmo à sinalização de Trump. Nesta segunda-feira, o presidente dos Estados Unidos recuou de ameaças de destruir usinas de energia iranianas, afirmando que deu instruções para adiar quaisquer ataques militares por cinco dias.

Em uma publicação no Truth Social, ele também disse que EUA e Irã tiveram conversas "muito boas e produtivas" nos últimos dois dias sobre uma "resolução completa e total das hostilidades no Oriente Médio".

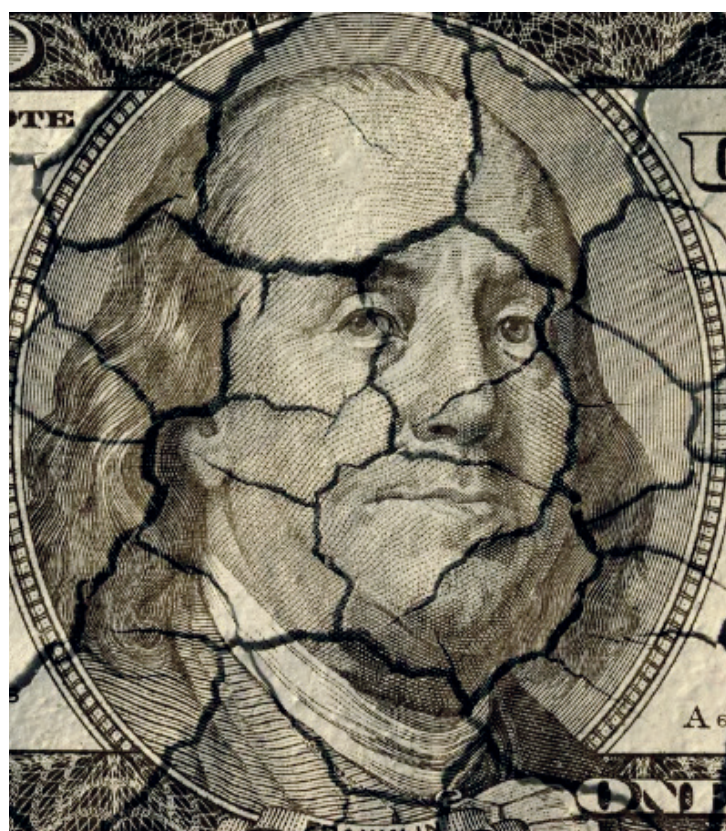
O americano afirmou a

jornalistas que está conversando com uma autoridade iraniana que não seria o líder supremo, Mojtaba Khamenei, e instou o país a parar de enriquecer urânio.

Segundo a agência iraniana Mehr, a chancelaria do Irã disse que Trump só quer ganhar tempo para sua campanha militar e aliviar a pressão no mercado de petróleo, confirmou que há "iniciativas para reduzir a tensão", mas que Teerã só aceitará propostas dos Estados Unidos diretamente.

Para Otávio Araújo, consultor sênior da ZERO Markets Brasil, a recente declaração de Trump trouxe um alívio aos mercados por sinalizar uma desescalada no conflito.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Tesouro Direto suspende negociação na abertura do mercado para conter forte volatilidade de títulos

Lula diz que Camilo Santana deixará o MEC para atuar em campanha eleitoral

Flávio Bolsonaro adota cautela sobre prisão domiciliar a Jair Bolsonaro

Energia nuclear é estratégica para soberania, defende indústria



Casas Bahia passa a vender na Amazon após prejuízo bilionário e amplia disputa no varejo online



NO MUNDO

Netanyahu ligou a Trump e defendeu matar líder supremo do Irã, diz agência

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, telefonou ao presidente americano, Donald Trump, menos de 48 horas antes do início do ataque conjunto de EUA e Israel ao Irã para defender a operação e argumentar que havia uma janela para atingir o líder supremo iraniano, aiatolá Ali Khamenei. Netanyahu falou com Trump depois de ambos receberem informes de inteligência sobre uma reunião de Khamenei com aliados em Teerã. De acordo com a Reuters, novas informações indicaram que o encontro foi antecipado para a manhã de sábado, o que teria aumentado a vulnerabilidade a um ataque de "decapitação".

Fontes ouvidas pela Reuters dizem que o premiê israelense defendeu que a oportunidade de matar



Khamenei poderia não se repetir. Ele também teria citado tentativas anteriores atribuídas ao Irã de assassinar Trump, incluindo um suposto plano de "matar por encomenda" em 2024, quando o republicano era candidato. O Departamento de Justiça dos EUA acusou um homem paquistanês de tentar recrutar pessoas no país para esse plano, segundo a Reuters. A acusação aponta que a ação seria uma retaliação à morte de Qassem Soleimani, comandante da Guarda Revolucionária

iraniana, em operação americana.

Na ocasião da ligação, Trump já havia aprovado a ideia de uma operação militar contra o Irã, mas ainda não tinha definido quando e em quais condições os EUA entrariam. Segundo as fontes, a conversa foi vista como o "argumento final" de Netanyahu e, junto com a inteligência sobre a janela para atingir o líder iraniano, teria ajudado a catalisar a decisão de Trump de autorizar a Operação Epic Fury em 27 de fevereiro. Folhapress

Irã diz que vai bombardear 'todo o Golfo Pérsico' se for invadido pelos EUA

O Conselho de Defesa do Irã afirmou nesta segunda-feira (23) que vai "minar todo o Golfo Pérsico" se uma invasão ameaçada pelos Estados Unidos acontecer no país.

Ameaça de retaliação acontece porque EUA estariam tentando dominar uma ilha a 24 km da costa do Irã. Segundo a agência de notícias Associated Press, um dos novos alvos americanos é a ilha de Kharg, que tem tanques de armazenamento de petróleo.

"Qualquer tentativa do inimigo de atacar as costas ou ilhas do Irã levará à minagem de todas as vias de acesso", disse o Conselho de Defesa. O país também ameaçou minar usinas de abastecimento do Golfo Pérsico, o que prejudicaria o fornecimento de água e luz para a região.

Após a ameaça, o governo iraniano divulgou uma lista de alvos prioritários nos países vizinhos, que incluem uma usina nuclear nos Emirados Árabes Unidos. A lista foi divulgada pela agência de notícia Fars.

Além de ameaçar as principais fontes de abastecimento e energia, o Irã também ameaçou as linhas de comunicação na região. As bravatas acontecem durante o aumento da preocupação de Teerã com a presença de fuzileiros navais na região.

As declarações do governo iraniano são consideradas uma resposta ao ultimato que o presidente dos EUA, Donald Trump, deu no sábado. O republicano deu o prazo de 48 horas para o Irã liberar o estreito de Hormuz, passagem responsável pelo trânsito de 20% do petróleo mundial. Folhapress

Trump recua, anuncia negociações e adia ultimato por 5 dias



A poucas horas de vencer o ultimato que havia dado para o Irã reabrir o estreito de Hormuz, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, recuou e disse nesta segunda-feira (23) que adiou por cinco dias os ataques à infraestrutura energética que havia prometido fazer caso o país persa se recusasse a aceitar suas demandas.

O preço do barril de petróleo, que na semana passada chegou perto dos US\$ 120, desabou para cerca de US\$ 100 após o anúncio, apesar de não haver nenhuma confirmação por parte do Irã.

O republicano disse que seu governo está conversando com autoridades iranianas, o que foi negado

pelo Ministério das Relações Exteriores em Teerã. A chancelaria disse que ouviu propostas de terceiros, mas que só negociará com os EUA e em seus termos: cessão de hostilidades e manutenção de soberania.

Trump disse que não houve contato com o líder supremo, Mojtaba Khamenei que assumiu após a morte do pai, Ali, no início da guerra disparada pelos Estados Unidos e Israel há três semanas, mas ainda não apareceu em público ou na TV.

"Eu não sei dele. Eu não o considero como líder", disse Trump, que citou um acordo de 15 pontos em discussão que inclui a renúncia que o Irã já havia prometido fazer a armas nucleares. Ele também insiste em que a te-

ocracia desista totalmente de seu programa nuclear, o que Teerã rejeita.

Segundo a agência iraniana Mehr, a chancelaria do país disse que Trump só quer ganhar tempo para sua campanha militar e aliviar a pressão no mercado de petróleo, e afirmou que há "iniciativas para reduzir a tensão", mas que Teerã só aceitará propostas dos Estados Unidos diretamente.

Trump afirmou que até aqui quem conversou com os iranianos foram os negociadores Steve Witkoff e Jared Kushner, este seu genro dedicado a promover os negócios do sogro. Agora, ele deve entrar no circuito. Segundo autoridades israelenses, um encontro de enviados pode ocorrer no Paquistão. Igor Gielow/Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◆ Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Tesouro Direto suspende negociação na abertura do mercado para conter forte volatilidade de títulos



O Tesouro Direto ficou fora do ar até as 11h15 desta segunda-feira (23). A suspensão, que partiu do próprio Tesouro, e foi iniciada logo após a abertura do mercado, buscou conter a volatilidade do mercado de títulos para pessoas físicas.

Apenas a LFT (Letra Financeira do Tesouro), conhecida como Tesouro Selic, continuou disponível para negociação o tempo todo. Os leilões de dívida pública do Tesouro Nacional, por sua vez, não foram afetados.

Nesta sessão, os juros, dólar e petróleo registram queda após sinalização de trégua no conflito entre Estados Unidos e Irã por parte do presidente Donald Trump.

Por volta das 13h, na curva de juros, o contrato para janeiro de 2028 recua de 14,122% do ajuste da sessão anterior para 13,900% (queda de 22 pontos-base). Ou seja, o mercado espera juros menores em dois anos. Já para janeiro de 2035, o recuo é de 19 pontos-base, passando de 14,040% para 13,850%.

Na segunda-feira passada (16), o Tesouro Nacional recomprou R\$ 12,1 bilhões em títulos prefixados e R\$ 15,4 bilhões em títulos IPCA+ (indexados à inflação) após escalada nos juros futuros.

A estratégia buscou conter a disparada das curvas de juros, quando investidores passaram a colocar na conta a possibilidade de a taxa

Selic cair em um ritmo mais lento do que o esperado.

A leitura é que, com o preço do petróleo pressionado pela guerra no Irã, é possível que a inflação no Brasil sofra um repique, forçando o Copom a adotar uma postura mais cautelosa na política de juros.

Na última quarta (18), o Copom cortou a Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,75% ao ano.

Apesar da turbulência provocada pela guerra no Irã, o colegiado do Banco Central confirmou o plano traçado no encontro anterior, em janeiro, quando sinalizou a intenção de iniciar a redução de juros em março. Foi a primeira queda sob a gestão de Gabriel Galípolo.

Folhapress

Golpe troca dados na hora de colar Pix e desvia dinheiro sem deixar rastro

O trojan bancário brasileiro GoPix evoluiu e passou a desviar transações financeiras de empresas para criminosos, de acordo com a empresa de segurança Kaspersky. A nova técnica abrange alteração de carteiras de criptomoedas, Pix e de boletos, além de usar uma técnica para ocultação da praga na memória do computador.

Campanhas do GoPix usam anúncios pagos maliciosos no Google como porta de entrada. Os anúncios se disfarçam de serviços populares, como WhatsApp, Google Chrome e Correios, e levam a sites criados por cibercriminosos. Esse tipo de praga é conhecida como trojan, pois se disfarça de software legítimo para enganar a pessoa e infectar o sistema. Consultado para comentar, o Google não respondeu ao pedido da reportagem. O espaço segue aberto para a empresa.

Site faz triagem antes de oferecer o download do arquivo malicioso. A página verifica se o visitante parece ser cliente de bancos brasileiros, usuário de criptomoedas ou ligado

a órgãos financeiros de governos estaduais e grandes corporações.

Infecção começa quando a pessoa clica no anúncio e baixa um instalador falso no Windows. O arquivo simula ser o programa procurado, como um suposto instalador do "WhatsApp Web", e o malware passa a operar de forma furtiva na máquina.

Golpe mira computadores Windows e tenta agir sem deixar rastros no disco. A atuação diretamente na memória dificulta que a vítima perceba a fraude enquanto navega e faz transações -essa é a grande evolução comparada com a versão inicial do GoPix, registrada em 2023. O foco dos criminosos são usuários ligados a empresas, os que mais realizam transações bancárias por meio de computadores.

Principal técnica é trocar dados copiados e colados para redirecionar pagamentos. Se a vítima copia uma chave Pix, um código de boleto ou um endereço de carteira de criptomoedas, o GoPix pode substituir a informação no momento da colagem e mandar o dinheiro para os criminosos. Folhapress

Energia nuclear é estratégica para soberania, defende indústria



O desenvolvimento da energia nuclear é estratégico para o Brasil alcançar autonomia energética e soberania nacional, em um momento em que as economias globais precisam de fontes estáveis de energia e o cenário geopolítico causa turbulência nas cadeias de petróleo e gás natural.

A opinião é defendida por especialistas que participaram, nesta segunda-feira (23), do Nuclear Summit, encontro sobre o desenvolvimento da energia nuclear, na Casa Firjan, centro de inovação e tendências da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. O encontro foi realizado pela Associação Brasileira para Desenvolvimento de Ativi-

dades Nucleares (Abdan).

O professor de relações internacionais Júlio César Rodriguez, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), considera que o Brasil deve investir na energia nuclear pelo caráter escalável dessa fonte energética, ou seja, capacidade de aumento da produção.

"A energia nuclear é uma fonte de energia chave para o Brasil dominar, ter autonomia energética e, mais do que isso, ser autônomo tecnologicamente", completa o professor da universidade gaúcha em entrevista.

"Dominando o processo todo, a extração dos minérios, o enriquecimento, o desenvolvimento de reatores, estamos jogando em nível de desenvolvimento

industrial, tecnológico e científico mais alto, dos atores mais importantes do mundo", sustenta.

Momento certo

O presidente da Abdan, Celso Cunha, elenca que a energia nuclear tem "atributos importantes". "É limpa, gera energia em um espaço muito pequeno, é altamente eficiente e tecnológica", descreve.

Para Cunha, a conjuntura ambiental e geopolítica, com conflitos internacionais, reafirma as vantagens da energia nuclear.

"É extremamente importante um país ser independente energeticamente. Um país dependente energeticamente não consegue crescer", diz ele.

Bruno Moura / ABR

POLÍTICA

Lula diz que Camilo Santana deixará o MEC para atuar em campanha eleitoral



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, nesta segunda-feira (23), que Camilo Santana, atual ministro da Educação, deixará a pasta "para participar" de campanha eleitoral deste ano. O chefe do Executivo não especificou quando ele deixará o ministério.

"Nosso querido ministro da Educação que está nos deixando agora... ele tá pedindo pra sair porque tem campanha eleitoral. Ele embora não seja candidato, ele quer participar da campanha", disse Lula durante cerimônia de entrega do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, que ocorreu em Brasília nesta tarde.

O petista indicou ainda que Margareth Menezes, ministra da Cultura, não irá deixar o cargo, mas ressaltou

que Rui Costa, chefe da Casa Civil, também colocará sua vaga à disposição para "ser candidato de alguma coisa".

Rui Costa, inclusive, já indicou, em janeiro, a ex-ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil, Miriam Belchior (PT), para substituí-lo na Casa Civil.

Lula destacou ainda que ele não tem mais a obrigação de "entregar mais nada, agora é só cumprir o que já foi aprovado".

Cerca de 20 ministros devem deixar o governo até abril para disputar as eleições. Segundo apurou a CNN, a tendência, neste momento, é que os secretários-executivos sejam alçados a ministros com o objetivo de manter o andamento das pastas.

Durante o evento, Camilo Santana anunciou que o

Brasil superou a meta de 64% de crianças alfabetizadas e atingiu 66%.

"Esse programa talvez seja o maior legado que o senhor [Lula] esteja deixando para esse país. É garantir que essas crianças vão concluir o ensino básico", afirmou o ministro.

Criado em 2023 pelo governo de Lula, o indicador de alfabetização faz parte do programa Criança Alfabetizada e é calculado pelo MEC com base em avaliações aplicadas pelos estados a alunos de sete anos, com consolidação técnica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Na largada do programa, a meta era fazer os estados retomarem — ou superarem — o nível de alfabetização registrado antes da pandemia.

CNN

CGU abre apuração contra servidores do BC suspeitos de ajudar Vorcaro

A CGU (Controladoria-Geral da União) abriu um processo para investigar dois servidores do Banco Central suspeitos de atuar em favor do ex-banqueiro Daniel Vorcaro dentro da autoridade monetária.

Estão na mira do procedimento administrativo disciplinar o ex-diretor de Fiscalização, Paulo Sérgio Souza, e Bellini Santana, ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária.

Ambos já são investigados no âmbito criminal e, agora, correm risco de perder o cargo no serviço público a depender das conclusões da controladoria.

A investigação corre sob sigilo e foi confirmada pela CNN. Questionada, a CGU afirmou que não irá se pronunciar. "A Controladoria-Geral da União não comenta a abertura nem o

andamento de processos administrativos disciplinares, que são conduzidos de forma sigilosa", disse por meio de nota.

Em decisão recente, o ministro André Mendonça, relator das investigações do caso Master no STF (Supremo Tribunal Federal), afirmou que ambos atuavam como uma espécie de consultores informais de Vorcaro dentro do Banco Central.

"Nas mensagens de WhatsApp trocadas entre Daniel Vorcaro e Belinne Santana, também servidor do BC, percebe-se o mesmo tipo de relação que aquela verificada com Paulo Sérgio", disse Mendonça.

A Polícia Federal afirma que ambos receberam vantagens indevidas para ajudar Vorcaro. O procedimento administrativo tem prazo de 60 dias.

CNN



Flávio Bolsonaro adota cautela sobre prisão domiciliar a Jair Bolsonaro



O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) tem adotado uma postura cautelosa em relação à possível prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), evitando fazer declarações públicas sobre o tema antes da decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), segundo apuração de Débora Bergamasco no CNN 360°.

Questionado sobre suas expectativas após o parecer favorável da PGR (Procuradoria-Geral da República) à prisão domiciliar de Jair Bolsonaro, o senador respondeu que prefere aguardar a decisão de Moraes antes de se pronunciar sobre o assunto.

Essa cautela revela uma estratégia deliberada por parte de Flávio Bolsonaro, que teme que qualquer manifestação possa ser interpretada como tentativa de pressionar o ministro Alexandre de Moraes, o que poderia prejudicar a decisão final. O senador, que é pré-candidato à Presidência da República, tem demonstrado uma postura mais moderada em comparação com o comportamento que ele e outros membros da família Bolsonaro adotavam anteriormente.

"Se ele fizer uma declaração tentando pressionar Alexandre de Moraes, avalia que pode acabar atrapalhando a decisão", explicou Bergamasco.

O comportamento do se-

nador Flávio Bolsonaro tem sido descrito como uma versão mais serena e calculada, evitando confrontos desnecessários com ministros do STF. Mesmo diante de um momento que poderia ser usado para criticar ou pressionar o Supremo, ele optou por uma abordagem mais diplomática.

Essa mudança de postura pode estar relacionada às suas ambições políticas futuras, já que o senador é considerado pré-candidato à Presidência para 2026. Ao adotar um tom mais moderado, Flávio parece tentar se distanciar da imagem de extremista ou de representante da extrema-direita que seus opositores tentam vincular a ele.

CNN

PUBLICIDADE LEGAL

stone Stone Instituição de Pagamentos S.A. CNPJ/MF nº 16.501.555/0001-57									
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/									
Balanco Patrimonial – Em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)					Demonstração do Resultado Abrangente – Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)				
Ativo	31/12/2025		Passivo	31/12/2025			Semestre findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2025	
Disponibilidades	1.339.686		Passivos financeiros						
Ativos financeiros			Ao custo amortizado	80.255.473					
Ao custo amortizado	46.724.919		Depósitos	3.947.248					
Depósitos no Banco Central	4.594.527		Obrigações vinculadas a cessão	2.620.238					
Contas a receber de emissores	39.247.788		Obrigações vinculadas a sub-rogação	29.582.546					
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	2.670.380		Valores a repassar a estabelecimentos	18.905.661					
Rendas a receber	231.566		Obrigações por empréstimos	24.707.496					
(-) Provisão para perda esperada	(147.015)		Passivos de arrendamento	15.214					
Dividendos a receber	1.860		Dividendos a pagar	5.317					
Outros ativos financeiros	125.813		Outros passivos financeiros	471.753					
Ao valor justo por meio do resultado	28.349.334		Ao valor justo por meio do resultado	148.482					
Titulos e valores mobiliários	28.338.628		Instrumentos financeiros derivativos	148.482					
Instrumentos financeiros derivativos	10.706		Passivos não financeiros	1.047.380					
Ativos não financeiros	7.350.213		Obrigações fiscais	378.665					
Despesas antecipadas	272.847		Provisão para contingências	134.256					
Ativos fiscais	1.551.750		Outros passivos	534.459					
Outros ativos	40.100		Patrimônio líquido	2.312.817					
Investimentos	3.949.794		Capital social	1.389.445					
Imobilizado	1.460.174		Reserva de capital	711.982					
Intangível	75.548		Reserva legal	102.927					
Total do Ativo	83.764.152		Reserva de lucros	193.968					
			Outros resultados abrangentes	(85.505)					
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	83.764.152					
Demonstração do Resultado – Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)					Demonstração dos Fluxos de Caixa – Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)				
	Semestre findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2025		Semestre findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2025		Semestre findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2025	
Receitas operacionais	1.921.984	4.222.771		(1.110.463)	(2.068.540)		Lucro líquido do exercício	161.252	594.971
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	993.600	2.076.097	Custo dos serviços prestados	(800.489)	(1.609.110)		Ajustes ao lucro líquido:	1.900.841	2.956.946
Receita líquida de aluguel de equipamentos	232.542	463.424	Despesas de pessoal	(402.547)	(772.773)		Depreciação e amortização	290.241	527.439
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento	695.842	1.683.250	Despesas administrativas	(290.241)	(527.439)		Imposto de renda e contribuição social diferidos	(149.774)	(118.581)
Resultado da provisão de perda esperada de ativos financeiros	(11.825)	(43.014)	Despesas com provisões	(55.958)	(95.962)		Resultado de participação em controladas	(99.573)	(269.543)
Despesa de provisão para perda esperada de transações de pagamento	(1.151)	(10.583)	Outras receitas operacionais	38.593	74.081		Resultado financeiro, líquido	1.503.415	2.650.706
Despesa de provisão para outras perdas esperadas	(10.674)	(32.431)	Outras despesas operacionais	(269.225)	(499.727)		Provisão para contingências	57.866	100.773
Resultado bruto da intermediação financeira	901.595	1.592.043	Resultado operacional	(78.576)	272.330		Constituição provisão para perda esperada	11.824	43.014
Resultado de depósitos no Banco Central e títulos e valores mobiliários	3.513.937	6.483.891	Resultado de participação em controladas	99.573	269.543		Provisão para perdas operacionais	6.593	3.690
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(116.140)	(200.660)	Resultado não operacional	10.364	47.073		Perda na baixa e alienação de bens	244.268	224.874
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.092.404)	(2.409.826)	Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	31.361	588.946		Variação Cambial, líquida	9.102	(155.782)
Despesas com operações de empréstimos	(1.403.798)	(2.281.362)	Imposto de renda e contribuição social	177.699	98.193		Pagamento baseado em ações	38.415	70.378
Outras receitas (despesas) operacionais	(2.890.330)	(5.499.470)	Imposto de renda e contribuição social correntes	27.925	(20.388)		Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.510)	(291.703)
			Imposto de renda e contribuição social diferidos	149.774	118.581		Variação cambial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(6.026)	171.681
			Participações no lucro	(47.808)	(92.168)		Depósitos no Banco Central	(917.650)	5.326.905
			Lucro líquido do período	161.252	594.971		Titulos e valores mobiliários	(528.071)	(15.211.646)
			Lucro líquido por ação (R\$)	0,24	0,88		Instrumentos financeiros derivativos	(126.055)	(56.879)
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)							Contas a receber de emissores	(4.980.442)	(10.792.544)
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízo) acumulado	Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	180.330	347.058
Saldos em 30 de junho de 2025	1.389.445	669.485	91.473	750.170	(100.482)	2.800.091	Rendas a receber	(3.768)	(61.984)
Pagamento baseado em ações	-	38.415	-	-	-	-	Pagamentos relativos a provisões para contingências	(37.427)	(66.892)
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	-	4.082	-	-	-	-	Despesas antecipadas	(46.011)	(92.268)
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos	-	-	-	-	14.977	14.977	Outros ativos financeiros	(107.636)	(111.739)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	161.252	Outros ativos fiscais	(128.732)	(65.163)
Reserva legal	-	-	11.454	-	-	(11.454)	Outros ativos não financeiros	27.307	2.442
Reserva de lucros	-	-	-	(64.202)	-	64.202	Depósitos	778.521	(5.548.421)
Dividendos intermediários	-	-	-	(400.000)	-	-	Valores a repassar a estabelecimentos	(447.726)	(3.143.827)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(60.000)	Obrigações fiscais	17.664	(10.357)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(92.000)	-	(154.000)	Obrigações vinculadas a cessão	22.851	52.098
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.389.445	711.982	102.927	193.968	(85.505)	2.312.817	Obrigações vinculadas a sub-rogação	4.636.186	14.678.211
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.389.445	628.553	73.179	402.585	(130.920)	2.362.842	Juros pagos	(1.768.910)	(2.537.831)
Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23	-	-	-	-	-	(67.840)	Juros com cessão de recebíveis	(1.092.404)	(2.409.826)
Saldos em 1 de janeiro de 2025	1.389.445	628.553	73.179	402.585	(130.920)	(67.840)	Juros recebidos	729.776	1.782.075
Pagamento baseado em ações	-	70.378	-	-	-	-	Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(57.769)
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	-	13.051	-	-	-	-	Outros passivos financeiros	32.439	29.334
Ganho não realizado de hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos	-	-	-	-	45.415	45.415	Outros passivos não financeiros	70.260	263
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	594.971	Caixa líquido das atividades operacionais	(1.627.405)	(14.396.843)
Reserva legal	-	-	29.748	-	-	(29.748)	Aquisição de imobilizado	(565.032)	(1.371.865)
Reserva de lucros	-	-	-	283.383	-	(283.383)	Valor recebido pela venda de imobilizado	(23.927)	20.009
Dividendos intermediários	-	-	-	(400.000)	-	-	Aquisição de ativos intangíveis	(8.953)	(34.070)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	(60.000)	Aquisição de subsidiária	(36.313)	(36.313)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(92.000)	-	(154.000)	Aumento de capital em subsidiária	(1.629.883)	(1.662.239)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.389.445	711.982	102.927	193.968	(85.505)	-	Caixa líquido das atividades de investimento	(2.264.108)	(3.084.478)
							Captação de empréstimos	57.584.228	84.257.100
							Pagamento de empréstimos	(54.613.319)	(67.941.865)
							Dividendos pagos	(460.000)	(460.000)
							Juros sobre capital próprio pagos	(246.000)	(246.000)
							Caixa líquido das atividades de financiamento	2.264.909	15.609.235
							Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	16.020	19.308
							Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.610.584)	(1.852.778)
							Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.950.270	3.192.464
							Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.339.686	1.339.686
							Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.610.584)	(1.852.778)
							A Diretoria	Camila Del Poente	
								Contadora CRC 1SP 290.887/O-8	

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Quotistas da **Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda.** - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda. ("Empresa")**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Villa Larroudet Investimentos e Participações Ltda.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2026.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2026.

PUBLICIDADE LEGAL

Cia. Nitro Química Brasileira
CNPJ nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2025
Data, Hora e Local: Em 30/12/2025, às 10hs, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em decorrência de estarem presentes os acionistas titulares das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Deliberações:** **5.1. Aprovada** a lavratura da presente ata na forma de sumário. **5.2.** Aprovar a emissão de 2.420.952 novas ações, nominativas e sem valor nominal, no valor de emissão total de R\$ 25.000.000,00, sendo: (i) 1.792.267 novas ações ordinárias, ao valor de emissão total de R\$ 3.181.043,06, equivalente ao preço de emissão aproximado de R\$ 1,7749 por ação ordinária; (ii) 144.494 novas ações preferenciais Classe A, ao valor de emissão total de R\$ 256.456,94, equivalente ao preço de emissão aproximado de R\$ 1,7749 por ação preferencial Classe A; (iii) 448.067 novas ações preferenciais Classe B, ao valor de emissão total de R\$ 19.953.815,58, equivalente ao preço de emissão aproximado de R\$ 44,5331 por ação preferencial Classe B; e (iv) 36.124 novas ações preferenciais Classe C, ao valor de emissão total de R\$ 1.608.684,42, equivalente ao preço de emissão aproximado de R\$ 44,5331 por ação preferencial Classe C. As ações ora emitidas são totalmente subscritas na presente data pelos acionistas da Companhia, mediante integralização por capitalização dos créditos detidos pelos Respectivos acionistas em face da Companhia na presente data correspondente aos dividendos distribuídos pela companhia conforme deliberado em reunião do conselho de administração realizada em 30/12/2025 de acordo com os valores e nos termos da lista de subscrição que constitui o **Anexo I** à esta desta assembleia. **5.3.** Do valor total de emissão referido no item 5.2 acima: (i) R\$ 83.333,00 será destinado à formação do capital social da Companhia; e (ii) R\$ 24.916.667,00, correspondentes à parcela do preço de emissão que ultrapassa a importância destinada à formação do capital social, será classificado como reserva de capital da Companhia, na forma do artigo 182, §1º, alínea “a”, da Lei das S.A. **5.4.** Em decorrência da emissão de ações e do aumento de capital ora deliberados, o capital social da Companhia passará **de** R\$ 184.897.349,32 **para** R\$ 184.980.682,32 e o número total de ações passará de 58.125.974 **para** 60.546.926 ações. Em razão do exposto, aprovar a alteração da redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 5º - O capital social é de R\$ 184.980.682,32, dividido em 60.546.926 ações, sendo 44.806.675 (quarenta e quatro milhões,oitocentos e seis mil, seiscentas e setenta e cinco) ações ordinárias, 3.630.865 ações preferenciais. Classe A, 11.201.669 ações preferenciais Classe B e 907.717 ações preferenciais Classe C, todas nominativas e sem valor nominal.”** **5.5.** Autorizar os administradores da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. Nada mais. São Paulo, 30/12/2025. JUCESP nº 094.916/26-3 em 18/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil Banco Múltiplo S.A.
CNPJ/MF nº 23.511.655/0001-20 – NIRE 35.300.483.642
Termo de Renúncia
Ao **Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil Banco Múltiplo S.A.**, Rua Leopoldo Couto Magalhães Junior, 110, 5º andar, Itaim Bibi, CEP 04542-000, São Paulo/SP. Prezados Senhores, Eu, **Ana Maria Christophe Torres**, espanhola, natural de São Paulo divorciada, maior, capaz, executiva, portadora do passaporte espanhol nº XDC791317, e inscrita no CPF/MF sob o nº 039.423.488-02, residente e domiciliada na Alemanha, com endereço comercial na Frölingstrasse, 15-31, CEP 61352 Bad Homburg v.d. Höhe, Alemanha, venho, por meio da presente, comunicar a minha renúncia, com efeitos a partir da posse do substituto, ao cargo de Conselheira do Conselho de Administração, para o qual fui eleita na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/03/2024. Bad Homburg, 20 de outubro de 2025. Atenciosamente, **Ana Maria Christophe Torres**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 088.253/26-0 em 09/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil Banco Múltiplo S.A.
CNPJ/MF nº 23.511.655/0001-20 – NIRE 35.300.483.642
Termo de Renúncia
Ao **Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil Banco Múltiplo S.A.** Rua Leopoldo Couto Magalhães Junior, 110, 5º andar, Itaim Bibi, CEP 04542-000, São Paulo/SP. Prezados Senhores, Eu, **Rainer Weis**, alemão, casado, maior, capaz, natural de Duisburg-Weiderich, executivo, portador do Passaporte nº C5LPHV98J, e inscrito no CPF/MF sob o nº 235.635.628-22, residente e domiciliado na Alemanha, com endereço comercial na Frölingstrasse, 15-31, CEP 61352 Bad Homburg v.d. Höhe, Alemanha, venho, por meio da presente, comunicar a minha renúncia, com efeitos a partir de 30/11/2025 - ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, para o qual fui eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/03/2024. Bad Homburg, 20 de outubro de 2025. Atenciosamente, **Rainer Weis**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 88.254/26-4 em 09/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Modernna Ambiental S.A.
CNPJ/MF nº 23.733.677/0001-34 – NIRE 35.300.485.131
Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 04 de novembro de 2025
Data, Local e Hora: 04/11/2025, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo-SP, na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, 6º andar, cj 61, sala B. **Convocação:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Bruno de Bartolo Martins. **Ordem do Dia:** (i) exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras e contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024, demonstrações financeiras apresentadas, correspondente do exercício de 2024, bem como o Balanço Contábil publicado no jornal Data Mercantil, página 06 da edição impressa de 15/10/2025 e página 04 da edição digital de 15/10/2025, que pode ser verificada no site <https://datamercantil.com.br/wp-content/uploads/2025/10/pagina-04-Modernna-Ambiental-SA-certificado.pdf> e; em matéria extraordinária: (ii) atualização do endereço da sede social da Companhia. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram: (i) tomadas às contas dos administradores, examinados, discutidos e votados o balanço patrimonial e o do resultado econômico do exercício findo em 31/12/2024, bem como o Balanço Contábil publicado no jornal Data Mercantil, página 06 da edição impressa de 15/10/2025 e página 04 da edição digital de 15/10/2025, que pode ser verificada no site <https://datamercantil.com.br/wp-content/uploads/2025/10/pagina-04-Modernna-Ambiental-SA-certificado.pdf>, os mesmos foram aprovados, por unanimidade de votos. (ii) por unanimidade de votos, foi aprovada a atualização do endereço da sede social da Companhia, para Avenida Giovanni Gronchi, 5650, 6º andar, conj. 61, sala C, Bairro Vila Andrade, CEP 05724-002, na cidade de São Paulo-SP, em virtude da reorganização do acesso principal ao imóvel e nomenclatura das salas, onde já se encontra estabelecida a Companhia, sem que haja, portanto, alteração de localização física. Em decorrência da deliberação ora aprovada, os acionistas deliberam alterar a redação da Cláusula 1ª do seu Estatuto Social, que passará a vigorar da seguinte forma: **“Cláusula 1ª: A Companhia, constituída e organizada sob a forma de sociedade anônima, nos termos da Lei 6.404/76, opera sob a denominação social de Modernna Ambiental S.A., e tem sede social na Avenida Giovanni Gronchi, 5650, 6º andar, conj. 61, Sala C, Bairro Vila Andrade, CEP 05724-002, na cidade de São Paulo-SP, podendo criar, instalar, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, representações e/ou escritórios onde e quando for julgado necessário por sua Diretoria, em qualquer local do território nacional ou exterior. Parágrafo Único: A Companhia possui as seguintes filiais, com capital destacado de R\$ 1.000,00 para cada uma: (a) ST Setor Horteleiro Norte, Quadra 02, Bloco J, Loja 64, Parte P, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.702-909, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.733.677/0002-15; e (b) Avenida Miguel Pinto de Santana, 200, sala 01, Nova Esperança, Feira de Santana, Bahia, CEP 44025-720, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.733.677/0003-04.”** **Quorum das Deliberações:** As deliberações foram tomadas pela unanimidade dos acionistas presentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Assinaturas:** Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Bruno de Bartolo Martins. **Acionistas:** Sustentare Saneamento S.A. e Adilson Alves Martins. São Paulo, 04/11/2025. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 56.244/26-5 em 25/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.
CNPJ/MF nº 30.914.898/0001-74 – NIRE 35300518594
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02/10/2025
Data, Hora e Local: Em 02/10/2025, às 9h30, na sede. **Convocação, Presença e Instalação:** Dispensada a convocação, em razão da presença do único acionista da Companhia. **Mesa:** Presidente: Mateus de Faria Renault e Silva; e Secretário: Vinícius Cunha. **Deliberações aprovadas:** (i) a renúncia ao cargo de Conselheiro Suplente do Membro do Conselho de Administração, Hélcio Tokeshi, do Sr. **Felipe Rodrigues Tonetti**, brasileiro, administrador de empresas, com a assinatura do respectivo Termo de Renúncia, o qual fica arquivado na sede da Companhia; e (ii) a eleição do novo Suplente do membro do Conselho de Administração, Hélcio Tokeshi, o Sr. **Felipe Rath Fingerl**, brasileiro, economista, para um mandato coincidente com o dos demais membros do Conselho de Administração da Companhia. O Conselheiro Suplente ora eleito tomará posse mediante assinatura do competente termo de posse no livro de atas de Reuniões do Conselho de Administração e da Declaração de Desimpedimento, os quais ficarão arquivados na sede da Companhia para todos os fins. A composição consolidada do Conselho de Administração da Companhia, tendo todos os seus integrantes mandato coincidente de 02 anos ou até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro 2025, é a seguinte: - Gustavo Nickel Buffara de Freitas, presidente; - Otávio Ferreira da Silveira: membro sem designação específica; - Hélcio Tokeshi: membro sem designação específica; - Felipe Fingerl: Conselheiro Suplente do Membro do Conselho de Administração Hélcio Tokeshi; - Paulo Todescan Lessa Mattos: membro sem designação específica; e -Rogério Frota Melzi: membro independente. Com exceção ao membro independente, os membros do Conselho de Administração não terão remuneração para os mandatos exercidos. Nada mais. JUCESP nº 386.990/25-6 em 03/11/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

comercial@datamercantil.com.br

Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.
CNPJ/MF nº 30.914.898/0001-74 – NIRE 35300518594
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05/03/2026
Data, Hora e Local: em 05/03/2026, às 12hs, na sede. **Convocação e Instalação:** Dispensada a convocação, em razão de o único acionista da Companhia, titular de ações representativas da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Mateus de Faria Renault e Silva; e Secretário: Felipe Rodrigues Tonetti. **Deliberações aprovadas:** (i) A **renúncia** apresentados pelos Srs. **Gustavo Nickel Buffara de Freitas**, brasileiro, administrador de empresas, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, **Otávio Ferreira da Silveira**, brasileiro, engenheiro civil, ao cargo de membro do Conselho de Administração, sem designação específica, e **Hélcio Tokeshi**, brasileiro, economista, ao cargo de membro do Conselho de Administração, sem designação específica, as quais passam a produzir efeitos nesta data, ficando consignado o agradecimento da Companhia pelos serviços prestados; (ii) consigna que, em razão das renúncias ora tomadas em conhecimento, os cargos correspondentes no Conselho de Administração da Companhia encontram-se vagos nesta data; (iii) elege, para compor o Conselho de Administração da Companhia: **Paulo Todescan Lessa Mattos**, brasileiro, advogado, que deixa, nesta data, o cargo de conselheiro sem designação específica, passando a exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração; **Felipe Rath Fingerl**, brasileiro, economista, que deixa, nesta data, o cargo de Conselheiro Suplente anteriormente vinculado ao membro do Conselho de Administração Sr. Hélcio Tokeshi, passando a exercer o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, sem designação específica; **Vinícius Silveira Cunha**, brasileiro, engenheiro, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, sem designação específica; e **Rafael Brasil Chittarra**, brasileiro, economista, para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, sem designação específica. (iv) delibera que, com o objetivo de promover a uniformização dos mandatos dos membros do Conselho de Administração, todos os membros do Conselho de Administração da Companhia passarão a ter mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, permitida a reeleição por 02 anos de mandato a partir de tal data; (v) ratifica a nova composição do Conselho de Administração da Companhia, que passa a ser composto pelos seguintes membros: **Paulo Todescan Lessa Mattos**, Presidente do Conselho de Administração; **Felipe Rath Fingerl**, membro do Conselho de Administração, sem designação específica; **Vinícius Silveira Cunha**, membro do Conselho de Administração, sem designação específica; **Rafael Brasil Chittarra**, membro do Conselho de Administração, sem designação específica; e **Rogério Frota Mello**, membro independente do Conselho de Administração. (vi) **Autoriza** a Companhia a emitir Garantia de Proposta (“Bid Bond”) e Garantia de Execução do Contrato (“Garantia de Execução”), em seu próprio nome, para fins de participação no processo licitatório conduzido nos termos do Edital da Concorrência Internacional SEE-MG nº 001/2026, destinado à concessão administrativa para a reforma, conservação, manutenção, gestão e operação de serviços não pedagógicos de 95 unidades educacionais da rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais (“**Edital**”), bem como autorizar a prática de todos os atos necessários à formalização, contratação e implementação das referidas garantias. Nada mais. JUCESP nº 134.680/26-1 em 19/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.
CNPJ/MF nº 30.914.898/0001-74 - NIRE 35.300.518.594
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/03/2026
Data, Hora e Local: Em 13/03/2026, às 10hs, extraordinariamente por videoconferência. **Convocação e Instalação:** Dispensada a convocação, em razão de a única Acionista da Companhia, titular de ações representativas da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Vinícius Cunha Silveira. **Secretário:** Sr. Felipe Rodrigues Tonetti. **Deliberações aprovadas:** (i) **aprovada** a prestação, pela Companhia, de aval ou de qualquer outra modalidade de garantia ou contragarantia admitida pela legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, a garantias de proposta, garantias de execução ou quaisquer outras garantias exigidas no âmbito do processo licitatório, em favor do IG4 BTG Pactual Health Infra Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“**Fundo**”), acionista da Companhia, relacionadas à sua participação no processo licitatório conduzido nos termos do Edital da Concorrência Internacional SEE-MG nº 001/2026, em montante compatível com as exigências do Edital e dos documentos a ele relacionados, e em condições e prazos a serem definidos pelos administradores da Companhia ou conforme exigido no referido processo licitatório. Nada mais. JUCESP nº 134.769/26-0 em 23/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Serra Azul Water Park S.A.
CNPJ/MF nº 00.545.378/0001-70
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os acionistas da **Serra Azul Water Park S.A.**, sociedade por ações com sede no Município de Itupeva, Estado de São Paulo, na Avenida Serra Azul nº 1.000, Bairro Rio Abaixo, CEP 13299-602, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 00.545.378/0001-70 (“Companhia”), com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.3.0014168-7, em sessão de 6 de abril de 1995, e demais alterações, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 30 de março de 2026, às 14:00 horas em primeira convocação e, não havendo a presença de acionistas titulares de um quarto (1/4) das ações da Companhia com direito a voto, às 14:30 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, de modo exclusivamente digital (por meio da plataforma eletrônica Zoom, cujas informações de acesso serão franqueadas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, via e-mail ou **Whatsapp** previamente fornecidos pelo acionista à administração da Companhia, com a seguinte Ordem do Dia: (1) **rerratificar** a deliberação havida no item (1) da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025, de modo a adequar o prazo para pagamento dos dividendos intercalares distribuídos aos acionistas da Companhia, de 31 de março de 2026 para 31 de março de 2027; e (2) autorizar a administração da Companhia a praticar os atos necessários à implementação da deliberação acima. Os acionistas da Companhia que desejarem se fazer representados por procurador na Assembleia deverão enviar as respectivas procurações devidamente assinadas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data da realização da Assembleia. Itupeva/SP, 20 de março de 2026. **Alain Baldacci** – Diretor Presidente da Serra Azul Water Park S.A. (20, 21 e 24/03/2026)

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.
CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
A Abbott Diagnósticos Rápidos S.A. (“Companhia”), sociedade por ações, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, convoca seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 10h00, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, 7º e 13º andares, conjuntos 71, 72, 131 e 132, CEP 05422-000, a fim de deliberar sobre a seguinte: Ordem do Dia: (i) **Aprovar** a rerratificação do Parágrafo Segundo da Cláusula 15 do Estatuto Social da Companhia, para correção de erro material constante de redação anteriormente aprovada; e (ii) **Aprovar** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das alterações estatutárias previamente aprovadas em Assembleias Gerais. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia. São Paulo, 19 de março de 2026. **Diretoria da Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.** (21, 24 e 25.03.2026)

Chicago Prorsum Participações S.A.
CNPJ nº 32.681.169/0001-40 - NIRE 3530053111-6
Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária
Ficam os acionistas da **Chicago Prorsum Participações S.A.**, sociedade anônima inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 3530053111-6 e no CNPJ/MF sob o nº 32.681.169/0001-40 (“**Chicago Prorsum**”), convocados para se reunirem em assembleia geral extraordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 31 de março de 2026, às 10h (dez horas), de forma presencial, na sede da Chicago Prorsum, na Rua Capitão Cassiano Ricardo de Toledo, nº 191, sala 1.509, Chácara Urbana, CEP 13201-840, Jundiaí/SP, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) receber e ratificar os termos de renúncia apresentados por Jaime Cardoso Danvila, Presidente do Conselho de Administração, e Juliana Trejos Vargas Moraes, membra do Conselho de Administração; e (ii) eleger novos membros para compor o Conselho de Administração da Chicago Prorsum, em substituição aos conselheiros renunciantes. São Paulo, 19 de março de 2026. **Jaime Cardoso Danvila**, Presidente do Conselho de Administração. (21, 24 e 25/03/2026)

Coroa (Suécia) - 0,5612
Dólar (EUA) - 5,2440
Franco (Suíça) - 6,6582
Iene (Japão) - 0,03304
Libra (Inglaterra) - 7,0191
Peso (Argentina) - 0,003754
Peso (Chile) - 0,005741
Peso (México) - 0,2944
Yuan (China) - 0,7621
Rublo (Rússia) - 0,06392
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,0757

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 5,2434 / R\$ 5,2440**
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,2396 / R\$ 5,2416 *
Turismo - R\$ 5,2645 / R\$ 5,4445
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: -1,31%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 3,24%
Pontos: 181.931
Volume financeiro: R\$ 32,471 bilhões
Maiores altas: Onco-clínicas ON (57,05%),
Revee ON (27,94%),
Desktop ON (23,26%)
Maiores baixas: Sequoia ON (-7,14%), Grupo Toky ON (-7,14%),
Bombril PN (-7,14%)
S&P 500 (Nova York): 1,15%
Dow Jones (Nova York): 1,38%
Nasdaq (Nova York): 1,38%
CAC 40 (Paris): 0,79%
Dax 30 (Frankfurt): 1,22%
Financial 100 (Londres): -0,24%
Nikkei 225 (Tóquio): -3,48%
Hang Seng (Hong Kong): -3,54%
Shanghai Composite (Xangai): -3,63%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -3,26%
Merval (Buenos Aires): 1,93%
IPC (México): 0,37%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Fevereiro 2025: 1,31%
Março 2025: 0,56%
Abril 2025: 0,43%
Maio 2025: 0,26%
Junho 2025: 0,24%
Julho 2025: 0,26%
Agosto 2025: -0,11%
Setembro 2025: 0,48%
Outubro 2025: 0,09%
Novembro 2025: 0,18%
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%

NEGÓCIOS

Casas Bahia passa a vender na Amazon após prejuízo bilionário e amplia disputa no varejo online



A partir desta semana, a Casas Bahia passa a vender seus produtos dentro do marketplace da Amazon no Brasil. A parceria ocorre em meio a uma reestruturação que reduziu a dívida da companhia, mas ainda não equacionou sua rentabilidade.

A varejista vai oferecer itens como televisores, smartphones, computadores, móveis da marca Bartira e produtos para casa. Por tempo limitado, clientes de São Paulo e Rio de Janeiro terão frete grátis em compras a partir de R\$ 399 em produtos selecionados.

Segundo anúncio feito em conjunto pelas empresas, em uma segunda fase, a logística da Casas Bahia será integrada à rede da Amazon, tornando seus

produtos elegíveis ao selo Prime, com entrega grátis e em menor tempo para membros do programa.

Em nota, o CEO do Grupo Casas Bahia, Renato Franklin, afirmou que o movimento faz parte da estratégia de ampliar o portfólio de produtos e expandir a presença da companhia em diferentes canais de venda.

O acordo reforça a estratégia de expansão da Amazono no Brasil. A empresa afirma ter investido cerca de R\$ 55 bilhões em tecnologia, infraestrutura e pessoal desde que iniciou operações no país, e hoje opera mais de 250 centros logísticos. Só em 2025, foram inauguradas cerca de cem novas unidades.

Neste mês, a Amazon lançou um serviço de entregas em até 15 minutos que

marcou a entrada da empresa no segmento de envios ultrarrápidos no Brasil e a estreia na venda de alimentos frescos e congelados no país, ampliando a disputa com aplicativos de delivery e varejistas digitais.

A iniciativa ocorre após a Casas Bahia sair de uma recuperação extrajudicial iniciada em 2024. A companhia conseguiu reduzir sua dívida em mais de 70%, fechando 2025 com um débito de R\$ 1,13 bilhão.

Sob o controle da gestora Mapa Capital, que detém 85,5% do grupo, a varejista aplica um controle rigoroso na concessão de crédito, visando manter a inadimplência abaixo de 9%, mesmo que isso signifique liberar menos vendas a prazo no curto prazo.

Folhapress

BTG Pactual diz ter reativado serviço de Pix após ter identificado 'atividades atípicas'

O banco BTG Pactual comunicou nesta segunda-feira (23) que iniciou o restabelecimento das operações via Pix pelo banco, após suspensão do serviço no domingo (22) depois que foram identificadas "atividades atípicas".

De acordo com apuração da Folha de S. Paulo, o banco sofreu um ataque hacker que desviou R\$100 milhões na manhã do domingo por meio de uma falha relacionada com operações via Pix.

"A paralisação ocorreu após identificação de atividades atípicas que acionaram os sistemas de segurança na manhã do domingo", disse o BTG em nota nesta segunda-feira.

"O banco esclarece que não houve acesso a contas

de clientes e nenhum dado de correntista foi exposto", afirmou o banco em comunicado.

A instituição acrescentou que a suspensão das transações ocorre enquanto o caso é investigado internamente.

Segundo apurou a Folha de S. Paulo, o BTG já teria recuperado a maioria dos valores desviados, e fontes do banco estimam que ainda falem entre R\$ 20 milhões e R\$ 40 milhões para a recomposição integral.

O alerta ao BTG foi feito pelo Banco Central na manhã deste domingo (22). Procurado, o BC informou que os sistemas administrados pela autarquia não foram afetados e que o funcionamento do Pix seguiu normalmente.

Folhapress



C6 obtém decisão cautelar favorável da Justiça para voltar a oferecer empréstimos consignados



O C6 obteve uma decisão cautelar favorável da Justiça para voltar a oferecer empréstimos consignados após o INSS suspender na semana passada novas averbações de operações pelo banco, conforme documento a que a Reuters teve acesso. Na decisão que acolhe pedido de tutela cautelar em caráter antecedente formulado pelo Banco C6 Consignado SA, proferida na última sexta-feira, 20, o juiz federal da 6ª Vara Rodrigo de Godoy Mendes destacou "desproporcionalidade" das medidas determinadas pelo INSS, citando que suspender o exercício da principal atividade da requerente até que devolva valores que ainda estão sendo discutidos é uma medida de

força sem amparo jurídico.

"Não é razoável nem proporcional. A impossibilidade de averbar novos contratos gera prejuízos financeiros diários e provável perda de participação de mercado", acrescentou.

"O restabelecimento do acesso ao sistema de consignações não impede a regular continuidade do processo administrativo sancionador, desde que garantido o devido processo legal, também não obstando a posterior determinação de ressarcimento de valores pelos meios legais adequados, caso, ao final do procedimento, seja comprovada a ilicitude da conduta da instituição financeira", argumentou.

Procurado nesta segunda-feira, o C6 confirmou

a decisão, que corre em segredo de justiça. O INSS não comentou de imediato.

A carteira de crédito expandida do C6 Bank no final do ano passado, de R\$ 89,3 bilhões, mostrava as operações de consignado com uma participação de 45%, segundo dados do banco.

O INSS suspendeu o recebimento de novos registros de crédito consignado pelo C6 no começo da semana passada, citando descumprimento das cláusulas do acordo entre ambas as entidades, acrescentando que tal interrupção duraria até que fossem restituídos os valores cobrados indevidamente a título de pacotes de serviço com dedução nos benefícios administrados pelo INSS, devidamente corrigidos.

IstoÉDinheiro